

ARRANJO SOCIOPRODUTIVO DE BASE COMUNITÁRIA (APL.Com): UM PROJETO PILOTO NA COMUNIDADE DO ENTORNO DA MICROBACIA DO RIO SAGRADO (MORRETES/PR)

Community Based Socioproductive Arrangement (ALP.com): a pilot project in the community surrounding the watershed of Rio Sagrado (Morretes/PR)

RESUMO

Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária (APL.Com) é uma denominação restrita na literatura. É uma rede de esforços socioprodutivos e institucionais, qualificados como participativos e associativos, no qual predomina o reconhecimento do território e se valoriza o conhecimento tradicional-comunitário. O objetivo geral é consolidar um construto teórico denominado Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária (APL.Com) e, ao mesmo tempo, fomentar um projeto piloto na Microbacia do Rio Sagrado, em Morretes –Paraná- a partir da produção e comercialização de artesanato e produtos agroindustrializados. Para tanto, realizou-se um diagnóstico da comunidade local e propuseram-se ações para reorganização da Associação Comunitária Candonga de modo a configurar a matriz do arranjo e, ainda, a configuração de um APL.Com.. Os dados foram obtidos através de reuniões, visitas, vivências, encontros e entrevistas estruturadas. Como principais resultados, identificaram-se socioempreendimentos da localidade que podem compor o arranjo e os dados obtidos através do diagnóstico refletem a realidade socioeconômica da localidade. Por fim, a prospecção de um APL.Com, para a MicroBacia do Rio Sagrado suporta um construto teórico a respeito do tema a partir de uma experiência em curso.

Carlos Alberto Cioce Sampaio
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana
Fundação Universidade Regional de Blumenau
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
Pesquisador CNPq
carlos.cioce@gmail.com

Flávia Keller Alves
Fundação Universidade Regional de Blumenau
Reitoria – Coordenadoria de Planejamento
flavia@furb.br

Recebido em 19/3/09. Aprovado em 30/4/13
Avaliado pelo sistema blind review
Avaliador científico: Cristina Lelis Leal Calegario

ABSTRACT

Socioproductive Arrangement of Communitarian Base (APL.Com) is a denomination restrict in literature. It is a social productive and an institutional net, qualified as participative and associative, in which predominates the recognition of territory and the traditional communitarian values. The main goal of the paper is to consolidate a theoretical construct named Socioproductive Arrangement of Communitarian Base (APL.Com) and, at the same time, to foment a pilot project on the Micro Basin of Rio Sagrado, Morretes, Paraná State, for the production and commercialization of art crafts and agro industrialized products. Therefore, a diagnostic of the local community was held, which supported the proposition of strategies for the re-organization of the Communitarian Association Candonga. The data was obtained throughout meetings, visits, life experiences, meetings and structured interviews. As to the main results, we identified small businesses that can compound the Arrangement, and the data obtained throughout the diagnostics reflects the social and economic reality of this locality. The prospection of a APL.Com for the Micro Basin of Rio Sagrado, supports a theoretical construct on the subject from an ongoing experiment.

Palavras-chave: Arranjo socioprodutivo de base comunitária (APL.Com), comércio justo, microbacia hidrográfica do Rio Sagrado.

Keywords: Community based socioproductive arrangement (APL.Com), fair trade, microbacia hidrográfica do Rio Sagrado.

1 INTRODUÇÃO

Para conviver humanamente, inventamos a economia, a política, a cultura, a ética e a religião. Mas nos últimos séculos o fizemos sob a inspiração da competição de todos com todos. Isso gerou a falta de solidariedade, o individualismo, a acumulação privada e o consumo irresponsável (BOFF, 2006, p. 9).

Neste modelo de desenvolvimento, fortemente voltado para o crescimento econômico competitivo, utilitarista e individualista, diversas são as problemáticas socioambientais decorrentes. Sampaio (2010, p. 9) assim as descreve:

As patologias sociais oriundas do atual modelo de desenvolvimento podem ser classificadas como socioambientais: processos produtivos que privatizam

lucros e socializam prejuízos e descaso com o manejo de recursos naturais não renováveis; socioespaciais: planejamento e gestão setorializados e padrões de uso e de acesso à terra privados, prevalecendo sobre públicos e comunitários; sociopolíticas: instâncias democráticas manipuladas por interesses oligopolistas e burocracia dominada por interesses corporativistas; socioeconômicas: subtrabalho, não trabalho, exclusão social e apelação desenfreada do consumo, mesmo entre aquelas pessoas que não teriam condições para isso; e socioculturais: substituição de modos de vida tradicional por padrões homogenizados e resignificação do trabalho humano como trabalho repetitivo alienado.

Ao propor estratégias para a promoção do ecodesenvolvimento, ou seja, o desenvolvimento que leva em consideração as questões sociais, ambientais, culturais, políticas e econômicas de uma comunidade na qual a cultura empreendedora¹ parece estar estabelecida em alguns indivíduos, abre-se a possibilidade de crescimento econômico em consonância com o desenvolvimento, de forma sustentável, devido à cooperação, inovação, integração e responsabilidade social e ambiental. Indivíduos com características empreendedoras são capazes de criar novas formas de organização social e produtiva, desenvolver novos bens e serviços, ou, ainda, buscar novos tipos de recursos e materiais para exploração, objetivando minimizar custos e/ou impactos ambientais. Quando esses indivíduos estão geograficamente próximos uns dos outros e compartilham o sentimento de desejo de crescimento de toda comunidade na qual estão inseridos, podem-se visualizar ações de empreendedorismo coletivo. Schmidt (2006) afirma que uma empresa, comunidade ou região que possui a cultura do empreendedorismo é fortalecida, pois consegue visualizar e aproveitar novas oportunidades.

Objetiva-se, neste estudo, propor estratégias de desenvolvimento sustentável de forma comunitária, cooperativa e solidária. Para tal desafio, selecionaram-se comunidades localizadas no entorno da Microbacia do Rio Sagrado, no município de Morretes, Paraná, que vêm se organizando com todas as dificuldades inerentes à comunidades que estão distantes da sede do município e onde ainda há predominância da agricultura familiar. Para

¹Empreendedorismo significa fazer algo novo, diferente, mudar a situação atual e buscar, de forma incessante, novas oportunidades de negócio, tendo como foco a inovação e a criação de valor (DORNELAS, 2001, p. 35).

tanto, está se organizando um piloto de um microempreendimento compartilhado, denominado Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária (APL.Com), baseado na pequena agroindústria, artesanato e turismo, aproveitando os esforços iniciados pela Associação Comunitária Candonga a partir de uma cozinha comunitária, do extinto Grupo Mãos de Fibras² e do projeto piloto Montanha Beija-Flor Dourado, -que tem como sede uma hospedaria de mesmo nome- e socioempreendedores que protagonizam vivências comunitárias, “no qual se supera a competitividade utilitarista econômica e se privilegiam ações de uma rede horizontal de cooperação” (ARAUJO; SAMPAIO, 2004, p. 16).

2 METODOLOGIA

As comunidades localizadas na Microbacia do Rio Sagrado, localidade rural do Município de Morretes, Paraná, identificadas como Rio Sagrado Alto, Canhembora, Brejamirim e Candonga, totalizam 520 famílias, sendo 270 famílias residentes compostas, predominantemente, de pequenos proprietários rurais, e 250 famílias não residentes, ou seja, proprietários de chácaras ou sítios de lazer. Trata-se de uma comunidade que busca mecanismos de adaptação e tentativas de superação de crises econômicas, valendo-se, principalmente, de atividades econômicas baseadas na agricultura familiar e artesanato com fibras naturais (a partir da bananeira e do cipó-imbé).

Objetivou-se, principalmente, neste estudo, consolidar um construto teórico denominado Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária (APL.Com), baseado sobretudo na literatura oriunda das Ciências Ambientais e da Economia e em experimentos empíricos em curso e, ao mesmo tempo, fomentar um projeto piloto na Microbacia do Rio Sagrado, a partir da produção e comercialização de artesanato e produtos agroindustrializados. Para tanto, foram determinados como objetivos específicos: realizar um diagnóstico ecossocioeconômico da comunidade do entorno da Microbacia do Rio Sagrado; elaborar um Plano de Socioempreendimento Coletivo para o APL.Com, ajustado à perspectiva da Economia Solidária, sobretudo do Comércio Justo; e propor ações e oficinas que reorganizassem a Associação Comunitária Candonga de modo a configurar uma matriz de um APL.Com.

Fundamentou-se este estudo utilizando-se de pesquisa bibliográfica sobre os temas clusters,

²Este grupo atualmente se reorganizou, formando a Associação de Artesãos de Morretes.

desenvolvimento local e sustentável, arranjos produtivos locais, arranjos institucionais, economia solidária e comércio justo. Procurou-se, ainda, descrever o conceito de arranjo socioprodutivo de base comunitária, bastante restrito ao campo teórico, buscando sistematizá-lo para implementação de um projeto piloto na referida comunidade. Realizou-se, ainda pesquisa documental, principalmente em documentos das Associações, como estatutos, pautas de reuniões, anotações diversas dos membros da comunidade e relatórios de estágios de acadêmicos que realizaram pesquisas na comunidade.

A pesquisa se classifica, conforme sua abordagem, como uma pesquisa de ação participativa, dividida em duas etapas: exploratória e descritiva. Na técnica exploratória, objetivou-se proporcionar maior familiaridade com a comunidade e com os problemas para os quais se propõem a buscar alternativas e soluções. Nesta primeira etapa, realizou-se o levantamento ecossocioeconômico. Como o estudo é exploratório, para obtenção dos dados primários utilizou-se como instrumento de coleta entrevistas individuais, adotando-se um formulário, através do qual as perguntas, previamente elaboradas e estruturadas, são formuladas pelo entrevistador. Já a técnica descritiva foi utilizada para descrever as características da população, bem como estabelecer relações entre variáveis e fatos.

Quanto à abordagem, a pesquisa teve caráter qualitativo-quantitativo. Com a pesquisa qualitativa, os entrevistados puderam expressar seus sentimentos, fazer críticas, dar opiniões e sugestões, utilizando-se de técnicas de observação e entrevista. Já a pesquisa quantitativa foi utilizada para submeter os dados a análises estatísticas, traduzindo em números as informações e opiniões para posterior análise e classificação.

3 REVISÃO DE LITERATURA

As últimas décadas têm modificado profundamente o cenário econômico mundial. Na busca de sobrevivência, as organizações buscam alternativas para acumular capital em um mercado competitivo e globalizado. Entretanto, a competitividade vem, aos poucos, dando espaço à cooperação. Assim, verificam-se mudanças nas relações entre as organizações, principalmente através de parcerias comerciais, o que tem conduzido a formas de arranjos organizacionais, propiciando vínculos e estreitando laços corporativos.

Objetivando superar adversidades, algumas organizações buscam se relacionar de forma cooperativa com outras, através do estabelecimento de relações em redes. Essas formas cooperativas de relacionamento entre

empresas vêm sendo tratadas por estudiosos como aglomerados industriais, distritos ou *clusters*. Porter (1999, p. 211) conceitua aglomerado como “um agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas e instituições correlatas numa determinada área, vinculadas por elementos comuns e complementares”. Iglori (2001, p. 82) afirma que “um distrito industrial pode ser entendido como um modelo de organização socioeconômica” visto que, além das características econômicas, o papel de fatores sociais, culturais e históricos é fundamental na explicação dos resultados obtidos. “A particularidade dos distritos que mais se destaca é a existência de uma forte identidade social e cultural entre as pessoas que fazem parte do *cluster*, decorrente dos processos históricos específicos que originaram os distritos” (IGLIORI, 2001, p. 112).

Segundo Porter (1999) os aglomerados influenciam a competição de três maneiras: a) pelo aumento da produtividade das empresas ou setores componentes; b) pelo fortalecimento da capacidade de inovação e, em consequência, pela elevação da produtividade; c) pelo estímulo à formação de novas empresas que reforçam a inovação e ampliam o aglomerado. O autor ainda ressalta que o aumento da produtividade se dá pela facilidade de acesso a insumos e a pessoal especializado dentro do aglomerado, bem como acesso à informação, à complementaridades entre produtos, à instituições e a bens públicos, incentivos e mensuração do desempenho.

Zuanazzi (2004, p. 18) afirma que “todo cluster implica na existência de um aglomerado industrial, concentrado em uma determinada região, mas o inverso não é necessariamente verdadeiro”. Nesse sentido, Sachs (2003, p. 116) concorda que nem todas as aglomerações industriais possuem as características de um *cluster*. “A mera concentração geográfica de empresas de um mesmo setor não determina o tipo de relações de produção e de redes de colaboração existentes entre elas, nem permite avaliar a intensidade dos conflitos sociais presentes”.

No Brasil, de acordo com Zuanazzi (2004, p. 30), “o conceito de *cluster* tem evoluído e atualmente tem sido muito utilizado o termo “Arranjos Produtivos Locais – APLs” associado quase que exclusivamente à pequenas empresas e ao desenvolvimento territorial regional”. O Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas - SEBRAE (2003, p. 12) define APLs da seguinte forma:

Arranjos Produtivos Locais são aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que representam especialização produtiva e mantêm algum

vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

O APL compreende, portanto, um recorte do espaço geográfico (parte de um município, conjunto de municípios, bacias hidrográficas, vales, serras, etc.) que possuam sinais de identidade coletiva (sociais, culturais, econômicos, políticos, ambientais ou históricos), cujos atores sociais se inserem, produzem e se reconhecem nesses territórios (SEBRAE, 2003). Sampaio, Berberi e Dreher (2006, p. 2), baseados em conceitos de outros autores, fazem a seguinte distinção entre *cluster* e APLs:

Diferentemente dos *clusters*, o APL concentra-se em micro e pequenas empresas. Os *clusters* são agrupamentos de empresas em uma região com sucesso extraordinário em determinado setor de atividade econômica na qual há predominância de grandes empresas. O APL seria um estágio anterior ao que se denomina sistema produtivo e inovativo local, que compreendem arranjos produtivos em que interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, com potencial de gerar o incremento da capacidade inovativa endógena, da competitividade e do desenvolvimento local.

Muitos autores, como pode ser observado, referem-se a Arranjos Produtivos Locais (APLs), de maneira indistinta, como distritos ou *clusters*. Mesmo que apresentem diferentes formas de cooperação e competição, as empresas e instituições envolvidas nesses sistemas objetivam corrigir, de forma coletiva, as falhas nos mercados em que atuam, favorecendo a formação de uma comunidade sociocultural que atua ativamente na construção de conhecimento e produção. Ao mesmo tempo, constituem-se em estratégias de redistribuição de renda e de desenvolvimento local.

A respeito do desenvolvimento local, Franco (2004, p. 10) afirma que “as localidades tendem a se tornar holografias do planeta à medida que reflorescem comunidades no mundo globalizado”. O autor Franco (2004, p. 11) ainda ressalta que “à medida que surgem comunidades globalizadas, globalização do local tende a ser igual a localização do global. E um mundo totalmente globalizado passa a ser um mundo totalmente localizado”.

O desenvolvimento local se dá quando os atores de uma determinada localidade articulam-se para ativar e melhorar suas condições de vida de forma sustentável e

através de ações coordenadas, utilizando recursos e valores da própria localidade. Trata-se da articulação de micro e pequenas empresas em cadeias produtivas e, de forma mais ampla, na formação de redes de cooperação de diferentes atividades rurais e urbanas. Essas iniciativas acontecem com a mobilização e participação da comunidade, que acaba por se tornar uma entidade viva e dinâmica, favorecendo a superação das adversidades econômicas e sociais da localidade através de investimentos no sistema produtivo local.

A importância dos recursos naturais³ para a qualidade de vida humana deve ser ressaltada nas comunidades que buscam se desenvolver e, por isso, o desenvolvimento local deve ser sustentável. Oficialmente, a definição de Desenvolvimento Sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” apareceu no Relatório *Brundtland*⁴, publicado em 1988, com o nome de *Nosso Futuro Comum* (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMAD, 1988, p. 46). Esse relatório, de acordo com Sampaio (2002, p. 39) “argumenta sobre a importância dos espaços locais como verdadeiros incubadores das atividades econômicas, sociais e ecológicas, simulando uma perspectiva global”.

O desenvolvimento local tem conquistado espaço devido à importância do princípio “pensar globalmente e agir localmente”. Franco (2000, p. 29) diz que “se um sistema é sustentável então ele é durável, porque ele é capaz de se auto-organizar, de se reproduzir, enfim, de autocriar as condições para a sua continuidade”. Dessa forma, podemos entender que uma sociedade sustentável se caracteriza por investir no fator humano, social e ambiental, de forma que essas esferas se desenvolvam e se perpetuem sem criar desigualdades, como as que são percebidas no modelo atual de desenvolvimento.

De acordo com Singer (2002, p. 7), “o capitalismo se tornou dominante há tanto tempo que tendemos a torná-

³Os recursos naturais são os bens existentes na natureza aproveitáveis pelo homem, como as plantas, os animais, as águas interiores, superficiais e subterrâneas; os estuários, o mar; o solo e o subsolo; o carvão vegetal e mineral; o ouro, o ferro, o calcário; o petróleo e outros elementos existentes na natureza (BRITO; CÂMARA, 1998, p. 28).

⁴Gro Harlem Brundtland é o nome da presidente da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD que, em 1988, publicou o Relatório *Nosso Futuro Comum*.

lo como normal ou natural” e “que a economia de mercado deve ser competitiva em todos os sentidos”. Cattani (2003, p. 9) afirma que o modelo de economia capitalista precisa ser superado, afirmando que “sob todos os aspectos, ela é predatória, exploradora, desumana e, sobretudo, medíocre, não correspondendo mais às potencialidades do tempo presente”. Singer (2002, p. 9) afirma que “para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva”.

A Economia Solidária caracteriza-se por ser um conjunto de práticas de geração de trabalho e renda, organizadas como experiências coletivas onde os membros comungam a expectativa de melhoria na qualidade de vida, autonomia, reconhecimento como ser humano e ser social, bem como satisfação de necessidades evitando, no entanto, se submeter à lógica capitalista vigente. Essas práticas primam pela colaboração e a vivência de princípios solidários, e podem aparecer sob a forma de grupos de produção, cooperativas e associações, clubes de trocas, banco dos pobres, empresas autogestionárias, organizações populares rurais e urbanas. Tais práticas exigem também que o consumo seja repensado: estimulando-se que seja realizado de forma crítica e criteriosa, no intuito de tornar o consumidor também responsável por ‘patrocinar’ e favorecer organizações que pratiquem ações de responsabilidade social e ambiental. Mance (2003, p. 44) define o consumo solidário como sendo “aquele praticado em função não apenas do bem-viver⁵ pessoal, mas também do bem-viver coletivo, em favor dos trabalhadores que produziram aquele bem ou serviço e da manutenção do equilíbrio dos ecossistemas.”.

O Comércio Justo, uma das práticas de Economia Solidária, pode ser entendido como uma rede na qual se incentiva a integração entre produtores, na maioria agroecológicos, e consumidores conscientes e responsáveis, cuja relação é orientada para o desenvolvimento solidário e sustentável, beneficiando principalmente os produtores excluídos ou em situações de desvantagens, não somente no aspecto econômico, mas também culturais, ambientais, sociais, políticas. Esse

⁵Para Mance (2003, p. 45), o consumo para bem-viver ocorre quando as pessoas não se deixam levar pelas artimanhas publicitárias e, tendo recursos que possibilitam escolher o que comprar, optam por aqueles bens e serviços que sejam satisfatórios para realizar seu próprio bem - viver, garantindo sua singularidade como seres humanos.

contato direto entre produtor e comprador, diminuindo a dependência de atravessadores (intermediários), torna possível o estabelecimento de um preço justo, que cubra não apenas os custos de produção ou a margem de lucro de investimentos, mas permita que produtores e familiares alcancem estabilidade econômico-financeira. A relação deve estar baseada na equidade, na associação e cooperação, na confiança, na solidariedade e no interesse compartilhado de justiça. Deve ir além do intercâmbio econômico e de acesso ao mercado para os pequenos produtores: deve basear-se, também, em respeito ao Meio Ambiente, tanto por parte dos produtores que, conscientemente, preservam, quanto dos consumidores que, da mesma forma, estão dispostos a pagar um preço justo para que os mesmos continuem adotando práticas de preservação e cuidados ambientais.

Dentro desta perspectiva, surge a ecossocioeconomia, que “está imbricada na discussão sobre o ecodesenvolvimento, que vem sendo apontado como um novo paradigma sistêmico”, afirma Sampaio (2010, p. 13). O autor ainda afirma que o ecodesenvolvimento compreende os princípios de ecologia, economia social e planejamento participativo. A ecossocioeconomia busca aplicar, metodológica e empiricamente, tais princípios, organizando ou reorganizando os conceitos já encontrados e estudados de forma a sistematizá-los para aplicação prática. Sampaio (2010, p. 133) ressalta que a pretensão com a ecossocioeconomia é “quanto ao pensar, analisar e experimentar metodologias de tomada de decisão que consideram a extrarracionalidade e o vetor extraorganizacional como princípios de gestão organizacional de ênfase interorganizacional”. Em outras palavras, isso significa: a) considerar, como principal estratégia, a participação (direta e indireta) dos atores sociais que vão sofrer as consequências das tomadas de decisão; b) incorporar as demandas sociais oriundas da localidade na qual esta interorganização está inserida; c) conduzir a racionalidade pelo cálculo de consequências sociais, buscando a promoção da sustentabilidade social, econômica e ambiental (SAMPAIO, 2010).

Partindo-se dos conceitos de Arranjos Produtivos Locais, dos princípios da Economia Solidária e das ideias da Ecossocioeconomia, surge a proposta de uma nova metodologia de interorganização, à qual se propõe chamar de Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária (APL.Com). Trata-se de uma rede de esforços socioprodutivos, qualificados como participativos e associativos, onde predomina o reconhecimento do território e se valoriza o conhecimento tradicional-

comunitário. Objetiva-se transpor as barreiras da racionalidade econômica meramente utilitarista e incorporar os aspectos ecológicos, econômicos e sociais quando se pensar no desenvolvimento de uma comunidade. É também uma iniciativa na busca de agregar valores aos pequenos socioempreendimentos, cujas chances de sobrevivência, diante da atual economia de mercado, são mínimas.

Tratando-se de arranjos socioprodutivos, privilegiam-se grupos organizados ou quase organizados e articulados, chamados de empreendimentos compartilhados, que sobrevivem sob a égide da economia de mercado, entretanto, preservando sua dinamicidade comunitária. Isso é, os arranjos socioprodutivos podem ser considerados como uma estratégia que fomenta as comunidades tradicionais a protagonizarem seus modos de vida próprios, tornando-se uma alternativa possível à sociedade de consumo que se quer menos hegemônica (SAMPAIO; BERBERI; DREHER, 2006).

Diferentemente de um Arranjo Produtivo, o Arranjo Socioprodutivo amplia o contexto das relações produtivas, incorporando a perspectiva da sociologia econômica (aplicação de ideias, conceitos e métodos sociológicos aos fenômenos econômicos) e das ciências ambientais (que relativiza as relações produtivas a partir da complexidade da dinâmica socioambiental) (SAMPAIO, 2010). Um APL.Com compõe-se de uma microrrede interorganizacional principal que desencadeia outras microrredes, conforme se pode visualizar na Figura 1:

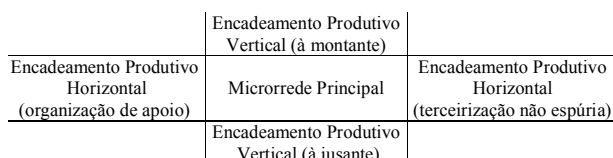


FIGURA 1 – Microestrutura do Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária (APL.Com)

Fonte: Sampaio (2010)

A Microrrede principal tem como função incubar as demais microrredes, da qual há encadeamentos produtivos verticais a montante (para trás), representando a relação fornecedor-produtor, e a jusante (para frente), representando a relação produtor-distribuidor. A microrrede possui também encadeamentos produtivos horizontais, representando a relação entre produtores (serviços e bens) terceirizados. Nessa relação, entretanto, busca-se o desenvolvimento econômico socialmente justo e ecologicamente prudente, ou seja: que leva em conta os

princípios da ecossocioeconomia (DIAS, 2004; MUNDIM, 2005; SAMPAIO, 2010; SAMPAIO; MUNDIM; DIAS, 2004).

4 DIAGNÓSTICO ECOSOCIOECONÔMICO NAS COMUNIDADES DO ENTORNO DO RIO SAGRADO

Com a parceria entre a FURB e o Instituto LaGOE⁶, a localidade passou a ser visitada por grupos de acadêmicos de graduação e pós-graduação⁷. Objetivou-se, nessas visitas, realizar um diagnóstico participativo nas comunidades do Rio Sagrado, bem como oportunizar aos acadêmicos e pesquisadores visualizar e propor mecanismos de superação da crise ecossocioeconômica, de maneira que proporcione a melhoria da qualidade de vida, sobretudo das famílias residentes predominantemente tradicionais, conjugando conhecimento científico e sabedoria tradicional. Assim, juntamente com membros da comunidade, os acadêmicos se envolvem com oficinas de trabalho, eventos, reuniões comunitárias e festividades⁸.

O diagnóstico ecossocioeconômico traz dados importantes a serem levados em consideração na busca de soluções para as demandas desta comunidade. No total foram entrevistadas 150 famílias, totalizando 482 pessoas, sendo 243 do sexo feminino (51%) e 239 do sexo masculino (49%). Ainda, 20% representam adolescentes (11 a 20 anos), enquanto que jovens entre 21 e 30 anos representam somente 11%; 24% da população está representada por pessoas com mais de 51 anos e, dessas, 42% encontram-

⁶O Instituto LaGOE (Laboratório de Organizações que promovem o ecodesenvolvimento) tem como objetivo pesquisar temas convergentes com a ecossocioeconomia das organizações;

⁷Os acadêmicos de graduação que visitaram a localidade e realizaram pesquisas pertencem ao curso de Turismo e Lazer, e os de pós-graduação *Strictu Sensu* em Administração, Engenharia Ambiental e Desenvolvimento Regional, orientados (ou coorientados) pelo prof. Dr. Calos Alberto Cioce Sampaio, professor da FURB e também coordenador geral do Instituto LAGOE.

⁸Exemplos: Oficinas de trabalho: montagem de painéis solares com material reciclável, elaboração de projetos. Eventos: dois Encontros Caminhos para o Desenvolvimento do Turismo Comunitário: Socializando Experiências Significativas para o Desenvolvimento do Turismo Comunitário (na FURB) e quatro Encontros Comunitários de Trocas (no Rio Sagrado). Reuniões Comunitárias: na Associação Comunitária Candonga e na AMORISA. Festividades: jantares promovidos pela AMORISA, Festa Junina, etc.

se aposentadas. Quanto ao nível de escolaridade da população, 58% possui o 1º Grau Incompleto, 9,3% da população possui o 1º Grau Completo e o 2º Grau foi concluído por apenas 11%, enquanto que apenas 3,32% possui Nível Superior Completo e 0,41% Pós Graduação.

No que diz respeito à migração, a maioria das famílias residentes (44%) no Rio Sagrado é composta por nativos, 15% da população é composta por pessoas que residem ali há mais de 20 anos e o mesmo percentual para moradores entre 01 e 05 anos. Apenas 4% da população reside no local há menos de 1 ano. Dos entrevistados, 82% têm propriedade da residência em que vivem, seguidos de 15% que residem em moradias cedidas e 3% que pagam aluguel.

A respeito da ocupação dos moradores do Rio Sagrado, a maioria (26,1%) é composta por estudantes, seguidos de 18,9% de pessoas que exercem outras atividades (tais como agente de saúde, assalariados urbanos, vigilante, manicure, tratorista, mecânico, entre outros). Ainda, 11% têm como ocupação atividades *do lar* (donas de casa) e 10,4% são aposentados. Das atividades relacionadas à vida rural, apenas 2,5% têm como ocupação o trabalho de caseiro ou chacareiro, 0,4% como artesãos e 13,5% trabalham como agricultor. Ressalta-se que 14% das famílias residentes desempenham atividades relacionadas ao Turismo, pois a localidade possui grande potencial para ampliar a recepção de turistas, especialmente aqueles interessados em suas belezas naturais (rios, cachoeiras, fauna e flora). Destas atividades, 57,1% das pessoas ocupam-se do comércio de alimentos (bares e mercadinhos), 23,8% cujo tipo de atividade é hospedagem e 19,1% em outras atividades, tais como venda de plantas ornamentais e artesanato, entre outras⁹.

A respeito da distribuição de renda, 26,7% dos entrevistados têm renda entre R\$ 300,00 e R\$ 500,00, seguidas de 24% com renda entre R\$ 500,00 e R\$ 750,00. Considerando o valor do salário mínimo brasileiro como sendo R\$ 415,00, pode-se afirmar que a metade dos residentes do Rio Sagrado tem como renda menos de dois (02) salários mínimos e 6% não recebe o valor correspondente a um (01) salário mínimo. Por outro lado, apenas 9,3% dos residentes possuem renda entre R\$

1500,00 e R\$ 2500,00, e apenas 4,7% possuem renda acima de R\$ 2500,00. A maioria (72,7%) dos respondentes costuma utilizar serviços de banco, sendo que, desses, 62,4% responderam possuir conta corrente e 61,5% possuem conta poupança, embora somente 30,3% possuam as duas contas (corrente e poupança).

Dois residentes das comunidades do Rio Sagrado 78,7% possuem animais em casa ('criações'), seja de estimação, para consumo familiar ou para fins comerciais. A maioria das casas é feita de alvenaria (42,3%), 31,3% das casas são de madeira e 27,3% das casas são de construção com ambos os materiais ('mistas'). Praticamente, todas as casas possuem água encanada (99,3%). Das famílias entrevistadas, 38,7% têm o abastecimento da água realizado pela AMORISA, 36% fazem captação do rio, 24% fazem captação em nascentes e apenas 1,3% possuem poço artesiano. Possuem energia elétrica 99,3% das residências do Rio Sagrado.

No Rio Sagrado, a maioria das residências (74%) possui distância superior a 30 metros em relação ao rio ou à nascente mais próxima. Das famílias entrevistadas, 76,7% possuem 01 banheiro em casa, 18% possuem 02 banheiros, 3% possuem 03 ou mais banheiros em casa e, por fim, 2% não possuem banheiro em sua residência e utilizam o sistema de 'banheiro seco' ou 'buraco', que, se mal administrado, pode contaminar solos e lençóis freáticos. O tratamento do esgoto de 94,6% das residências é lançado em fossa séptica com sumidouro, embora 0,7% lancem o mesmo a céu aberto, 0,7% lançam no rio e 4% dão outro tipo de tratamento, tais como lançar no mato ou deixar no 'buraco', no caso das residências que não possuem banheiro.

No que diz respeito ao tratamento do lixo, é possível que sejam dados destinos diferentes a resíduos diferentes, como por exemplo, encaminhar para reciclagem resíduos sólidos e destinar os resíduos orgânicos para animais ou adubo. Assim, 41,3% dos respondentes afirmaram encaminhar seus resíduos para coleta, 70,7% separam e encaminham para coleta seletiva, 52% afirmaram que queimam seus resíduos (de forma especial lixo de banheiro) e 15,3% dizem enterrar seus resíduos sólidos.

O combustível mais utilizado pelos residentes do Rio Sagrado é o gás, em 56,7% das residências. Em seguida, 38% dos moradores utilizam gás e lenha simultaneamente, 4% utilizam somente lenha e 1,3% utilizam somente eletricidade. Dentre os que utilizam lenha, 90,8% retiram do mato, 3,1% retiram madeira do rio (trazida pela correnteza), 1,5% compram e 4,6% adquirem de outra forma (restos de construção, por exemplo).

⁹Estes números podem estar distorcidos quanto à realidade encontrada nas comunidades da Microbacia, posto que as famílias inseridas no projeto piloto Montanha Beija-Flor Dourado, que fomenta um arranjo socioprodutivo de turismo de base comunitária, foram todas consideradas na amostra.

Quando o assunto é transporte, 36,7% dos residentes do Rio Sagrado possuem carro, 53,3% possuem bicicleta e 20% possuem moto, considerando a opção de possuir simultaneamente mais de um item. O transporte público também é bastante utilizado, mesmo por aqueles moradores que possuem outros meios de transporte: 86% dos entrevistados utilizam o ônibus e 66,7% afirmam estarem satisfeitos com esse meio de transporte.

Os residentes do Rio Sagrado possuem o hábito de plantar frutas, verduras, legumes e temperos, cuja finalidade é o consumo próprio ou a venda, como segunda fonte de receita. Das famílias que possuem esse tipo de produção, 52% o fazem de maneira orgânica, sendo que 34,6% utilizam-se da agricultura orgânica há mais de 20 anos, 11,6% entre 11 e 20 anos, 19,2% entre 06 e 10 anos, 28,2% utilizam a técnica entre 01 e 05 anos e, por fim, 6,4% utilizam há menos de 01 ano.

De modo geral, os moradores do Rio Sagrado preferem os mercados de Morretes para realizarem suas compras de abastecimento da casa (84,7% da população). Isso se deve ao fato das mercearias locais elevarem os preços e não ofertarem variedade em seus produtos, como afirmam 50,7% dos entrevistados (acham os preços dos produtos mais caros) e 30,7% (acham que há pouca variedade).

Os conhecimentos tradicionais a respeito de plantas medicinais são transmitidos de 'pai para filho': 84,6% dos que utilizam plantas medicinais aprenderam com seus familiares. Outros 7,7% responderam ter aprendido com vizinhos da comunidade, enquanto que 3,8% responderam que aprenderam sozinhos e 3,8% aprenderam através de outras fontes. Dos entrevistados, 69,3% das famílias da localidade costumam utilizar plantas medicinais para 'curar' ou 'remediar' seus problemas de saúde, utilizando-se principalmente de chás. Parte das plantas medicinais é produzida pelos moradores: 75% colhem do próprio quintal, 14,4% compram, 5,8% retiram as plantas do mato e 4,8% possuem outras fontes (vizinhos, parentes, entre outros). Esses conhecimentos, de maneira geral, quando se faz necessário um atendimento especializado, os moradores das comunidades do Rio Sagrado costumam procurar o serviço de saúde mais próximo de sua residência, no caso, o Posto de Saúde (50,7%), 33,8% preferem ir diretamente para os hospitais mais próximos (Morretes ou Paranaguá) e apenas 2% dos residentes preferem os agentes comunitários de saúde. 13,5% preferem, ainda, outras alternativas (hospital em Curitiba, por exemplo). Nenhum respondente afirmou procurar benzedadeiras.

A maioria das famílias (58,7%) costuma participar das festas locais. No que diz respeito às crenças e religiões, 8% dos residentes do Rio Sagrado afirmaram não praticar religião. A maioria dos residentes (46%) é católica, seguido dos praticantes da religião evangélica (38,7% dos residentes) que se dividem em duas Igrejas: Assembléia de Deus e Brasil para Cristo. Há também 2% dos respondentes que praticam a religião Adventista e 8% que participam de outras religiões.

Na comunidade, existem duas associações: Associação dos Moradores do Rio Sagrado (AMORISA) e Associação Comunitária Candonga. Dos entrevistados, 41,7% responderam ser associados da AMORISA e apenas 7,3% dos entrevistados responderam ser associados da Associação Comunitária Candonga. Durante o período de convivência com os residentes locais, foi possível observar que a pouca participação se deve muito ao fato da distância a ser percorrida para participar das atividades, muitas vezes realizadas a pé, por isso há a desmotivação. Existe, ainda, preocupação com o retorno para casa após os encontros das Associações ou outras atividades, especialmente entre as mulheres e crianças, que temem por segurança, pois a iluminação pública, em alguns pontos da estrada está danificada. Ainda, percebeu-se um desconhecimento da comunidade em relação às atividades realizadas pelas associações: alguns nem sabiam da existência de uma cozinha comunitária na localidade.

De modo geral, os residentes do Rio Sagrado apreciam morar na localidade e grande parte das respostas tem relação com a qualidade de vida que se encontra em viver no local, especialmente águas limpas para beber e tomar banho no verão (rios e cachoeiras) e o contato com a natureza. Outros ainda responderam gostar do trabalho que exercem na localidade, das amizades, das festas, das atividades das igrejas (missas, novenas, cultos) e das feiras de trocas (encontros de trocas solidárias).

A respeito do Encontro Comunitário de Trocas (também chamado 'Feira de Trocas' e pelas crianças de 'troca-troca'), cujas edições realizam-se aos sábados, no período vespertino, uma vez a cada mês, somente 24,7% dos respondentes já participaram. Dentre as justificativas para não terem participado, descrevem-se as respostas: 17,8% não conhecem o Encontro, nem sabem como funciona; 10,9% acreditam não possuir algo que possa ser trocado; 29,7% afirmaram não ter interesse em participar; 7,9% responderam que se deve à distância a ser percorrida para participar do Encontro; 6,9% disseram 'não gostarem' desse tipo de evento; 2% justificaram por motivos religiosos (que 'guardam' o sábado e têm outras atividades na Igreja);

2% responderam que não participam por questões de saúde; 22,8% afirmaram que não ‘têm tempo’ para participar.

O projeto piloto de APL.Com nas comunidades do entorno do Rio Sagrado

Os empreendimentos que compõem o projeto piloto de APL.Com baseiam seus princípios sobretudo na Economia Solidária e no Comércio Justo, buscando formas de intercâmbio comercial baseados na solidariedade, no desenvolvimento sustentável e justo dos territórios, estabelecendo uma relação mais direta e solidária entre produtores e consumidores; favorecendo a cultura e os valores locais e buscando promover o desenvolvimento integral em nível econômico, organizativo, social e político. Precisam ser organizações socioprodutivas locais, qualificadas como associativas, comunitárias ou de socioempreendedorismo individual, articulados ou quase organizados, que funcionem sob uma lógica comunitária, cujos membros comunguem a expectativa de melhoria da qualidade de vida, busquem a autonomia e reconhecimento como ser humano e ser social, bem como a satisfação de suas necessidades sem que para isso tenham que se submeter à lógica capitalista vigente. Essas práticas primam pela colaboração e a vivência de princípios solidários.

“Tem-se como desafio transpor as barreiras da racionalidade econômica meramente utilitarista e incorporar os aspectos ecológicos, econômicos e sociais quando se pensar no desenvolvimento de uma comunidade”, afirmam Sampaio, Alves e Falk (2008, p. 20). As relações estabelecidas no APL.Com incorporam a idéia de ‘coletividade’, em uma rede vertical e horizontal de cooperação. A matriz do APL.Com, ou seja, a Associação Comunitária Candonga, tem a função de incubar as demais microrredes em que há encadeamentos produtivos, representando as relações fornecedor-produtor, produtor-distribuidor, bem como as relações entre produtores, já detalhadas anteriormente.

A Associação Comunitária Candonga é constituída por famílias de agricultores familiares que foram beneficiados pelo Projeto de Governo do Estado do Paraná há 12 meses. Inicialmente, associaram-se 21 famílias, em 1998. A Associação tem por finalidade defender os interesses sociais, culturais e econômicos de suas famílias associadas, desenvolvendo ações como manter e incentivar a solidariedade e a união entre as famílias da comunidade, promover a integração com órgãos públicos e com entidades privadas para o desenvolvimento de projetos e programas em parcerias. A Associação tem como objetivo buscar a defesa dos interesses das famílias associadas no

que diz respeito à produção, beneficiamento, transformação, industrialização e comercialização de produtos agrícolas (produção própria ou de terceiros), proceder à comercialização dos produtos oriundos da terra (“in natura, beneficiados, transformados e/ou industrializados), inscrevendo-se nos órgãos específicos, emitindo e controlando documentação jurídica, sanitária, ambiental, fiscal, tributária e trabalhista. Ainda organizar compra de insumos, máquinas e equipamentos, produtos de uso doméstico e/ou necessários às atividades das propriedades rurais e da Associação e promover o desenvolvimento integrado da agricultura. Destaca-se a preocupação da Associação em promover a fixação da família e seus descendentes na propriedade rural, bem como a geração de novos postos de trabalho embora, na prática, as famílias que continuavam associadas não vivessem exclusivamente da agricultura, mas de outras ocupações: aposentado, agente de saúde, dono de bar, entre outras.

Foram necessárias inúmeras ações para fomentar o APL.Com na comunidade. Primeiramente, formou-se um grupo de pesquisadores e estudantes que, em parceria com a comunidade iniciaram a proposta de formação de um arranjo, identificando os socioempreendimentos interessados. A ação inicial foi a reorganização que a Associação Comunitária Candonga precisou passar para que pudesse configurar a Matriz do APL.Com, sobretudo em seus processos de gestão, de ocupação de suas instalações, da necessidade de eleição para cargos da diretoria (ocupado há 5 anos pelo mesmo grupo) e fazer cumprir o Estatuto Social da mesma. Então, convocou-se uma Assembléia Geral Ordinária para prestação de contas, inclusão de novos associados e eleição de diretoria, o que aconteceu em 06/12/2007. Bastante tumultuada, a Assembléia Geral foi um momento em que os rumos da Associação foram completamente alterados, conforme vem acontecendo: revisão do Estatuto Social da Associação Comunitária Candonga; criação de grupos de trabalho ou comissões (reorganização das atividades internas); melhorias na Infra-estrutura da sede da Associação, bem como a introdução da Biblioteca Rural e Laboratório de Informática no 2º andar da associação, e um ambiente específico para reuniões.

A partir desta mudança, as relações (horizontais e verticais) necessárias para formação do APL.Com foram se estabelecendo conforme os empreendimentos coletivos e/ou individuais aceitavam e se comprometiam a se conectarem nesta ‘rede’ de esforços coletivos, tramando-se assim os encadeamentos socioprodutivos, desde a extração da matéria-prima até a distribuição do item

processado, bem como das organizações de apoio, que se relacionam a partir da dinâmica comunitária. Identificados, os parceiros buscam trocar experiências, conhecimentos, praticando o apoio mútuo e incorporando a ideia de ‘coletividade’.

Representando a relação fornecedor–produtor (encadeamentos produtivos verticais a montante) estão os pequenos agricultores familiares, mesmo aqueles cuja principal atividade econômica não seja a agricultura, e artesãos locais, organizados através da Associação de Artesãos de Morretes (AARTEM)¹⁰. Os agricultores associados utilizam a estrutura da Cozinha Comunitária para agroindustrialização de frutas e verduras (compotas e conservas), além de sucos, sorvetes, doces e balas, e ainda da produção dos conhecidos *chips* de mandioca e banana. Da mesma forma, os artesãos locais, preferencialmente organizados através da Associação de Artesãos de Morretes (AARTEM)¹¹ estabelecem parcerias com a Associação Comunitária Candonga, utilizando-se da estrutura de sua sede (ou da ‘tenda’ no pátio) para exposição e venda dos produtos artesanais, bem como fornecer embalagens para os bens produzidos na Cozinha Comunitária, mesclando-se em um mesmo item artesanato e produto agroindustrializado. Sugeriu-se neste estudo que os artesãos busquem utilizar matéria-prima proveniente das pequenas propriedades agrícolas da localidade, das famílias associadas ou não associadas (cadastradas no Banco de

Dados da Cozinha Comunitária) descartadas no beneficiamento. Como exemplo, o produtor que utiliza a banana para produzir doces, geléia, bala e chips pode ceder o tronco da bananeira aos artesãos parceiros, para a retirada de fibras e produção de artesanato.

Representando a relação entre produtor–distribuidor (encadeamentos produtivos verticais a jusante), entendem-se as relações estabelecidas com a ONG Aliança Empreendedora¹² através do Programa *Solidarium* de Comércio Justo da Aliança Empreendedora, que fornece apoio e facilitação da comercialização de produtos e serviços de microempreendimentos, grupos produtivos e comunidades, através de parcerias e do desenvolvimento de canais de comercialização para a venda. Da mesma forma, com a Calango Expedições, que oferece estágios para acadêmicos brasileiros e estrangeiros, vinculados ao Instituto LaGOE, bem como com a Companhia de Trem Serra Verde Express, que faz divulgação das vivências de turismo comunitário na localidade.

Cabe também citar a relação estabelecida com a Hospedaria e Espaço de Convivialidade Montanha Beija-Flor Dourado. Trata-se de um espaço de convivialidade que busca promover a pluralidade do mundo rural, especialmente em meio à Floresta Atlântica, distante, muitas vezes, da realidade de quem reside nas cidades, tais como a agricultura orgânica e a permacultura, agroindústria artesanal, artesanato, turismo, plantio e processamento de ervas naturais, práticas de bem-estar corpóreo-espiritual que restabelecem a relação entre homem e natureza através de terapias complementares. Através dessas práticas, a Hospedaria torna-se um agente divulgador dos atrativos da localidade, especialmente dos socioempreendimentos articulados no APL.Com. Vale ressaltar que as vivências¹³ de Turismo Comunitário propostas por essa Hospedaria oportunizam a comercialização dos produtos da Cozinha Comunitária bem como dos artesãos locais. As artesãs que residem nas proximidades recebem os visitantes em suas próprias residências, transmitindo o conhecimento do processo produtivo de peças em fibra de bananeira e de cipó-imbé,

¹⁰A motivação para o estabelecimento de um contato mais estreito com esta associação se deu pelo fato de duas artesãs moradoras do Rio Sagrado, chamadas Rosi Pereira de Miranda (artesanato com cipó-imbé) e Maria do Rocio Camargo dos Santos (artesanato com fibra de bananeira), estarem filiadas à associação.

¹¹A Associação de Artesãos de Morretes (AARTEM) foi fundada em 1989 e surgiu da mobilização dos artesãos residentes na cidade de Morretes, Paraná, com apoio do poder público do município. A AARTEM objetiva o fomento e a defesa dos interesses das atividades artesanais, tendo por filosofia a solidariedade e o auxílio mútuo. A Associação se propõe a zelar pelos interesses legítimos de seus associados, representar os artesãos junto aos poderes públicos, às sociedades congêneres e a terceiros em geral, organizar e manter serviços de utilidade para seus associados, tais como compra de matéria-prima e outros produtos de consumo profissional, fomentar entre os artesãos o espírito de solidariedade visando a comunhão de seus interesses..

¹²A ONG Aliança Empreendedora desenvolve projetos de captação de recursos que são revertidos em apoio e assessoramento à gestão, produção e comercialização de produtos de empreendimentos coletivos.

¹³Vivência com Ervas Mediciniais e Terapias Complementares: como *Reiki*, *massoterapia* e *shiatzu*, e em grupo, como ioga e bioenergética, observação de pássaros; e, ainda, a pura contemplação da paisagem.

desde a retirada da matéria-prima no ambiente até o acabamento da peça. Ao mesmo tempo, se dá a oportunidade de conhecerem seus modos de vida, suas casas, o meio ambiente que as cercam, seus animais de criação e de estimação e seus familiares. Esse é o chamado Turismo de Base Comunitária¹⁴, em que os membros da comunidade são os protagonistas, conservando seus modos de vida e aproveitando-se de seus conhecimentos tradicionais.

Representando as relações de apoio (encadeamentos produtivos horizontais) entende-se as parcerias estabelecidas com organizações como a Universidade Regional de Blumenau (FURB), mais recentemente com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), Setor Litoral, e o Instituto LaGOE, cujos pesquisadores e estudantes de graduação e pós graduação desenvolvem projetos de pesquisas sobre diversos temas no local, de acordo com os interesses dos membros comunitários. Ainda há a parceria com a EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, que oferece assistência técnica e geração de conhecimentos relacionados ao mundo rural, na busca de melhoria da produtividade nas pequenas propriedades rurais, o IAP (Instituto Ambiental do Paraná) que trata da legalidade das atividades socioprodutivas, sobretudo a extração e manejo da biodiversidade, em acordo com a institucionalidade ambiental, e, também há a participação da Prefeitura Municipal de Morretes, através das Secretarias de Cultura e Esporte, Agricultura, Meio Ambiente e de Turismo, com apoio e divulgação.

Representando as relações de terceirização não espúrias (encadeamentos produtivos horizontais) entendem-se as parcerias estabelecidas com a Associação de Moradores do Rio Sagrado (AMORISA). Criada em 2003, a Associação é constituída por famílias de proprietários e moradores das comunidades do Rio Sagrado, e seus objetivos são: manter e incentivar a solidariedade e união entre as famílias da comunidade, promover a integração com órgãos públicos e entidades privadas para firmar convênios e contratos e desenvolver

¹⁴Embora estas atividades de turismo comunitário sejam organizados logisticamente e orientados por estudantes (de graduação e de pós- graduação), as oficinas são coordenadas pelos socioempreendedores da comunidade – agricultores familiares e artesãos – e pelos socioempreendimentos coletivos – Associação Comunitária Candonga, Associação de Artesãos de Morretes e Associação de Moradores do Rio Sagrado

projetos e programas em parcerias, buscar a defesa dos interesses das famílias associadas, atuar na defesa e conservação do Meio Ambiente, bem como colaborar e representar seus associados juntos junto aos poderes públicos (executivo, legislativo, judiciário, conselhos e entidades municipais). Sendo assim, essa Associação motiva a integração de seus associados, bem como de outros membros residentes da localidade, às atividades propostas pela Associação Comunitária Candonga e do APL.Com. Da mesma forma, essa Associação propõe eventos e atividades nas quais os produtos e serviços gerados pelo APL.Com, produzidos na Cozinha Comunitária e pelos artesãos da localidade, tenham preferência e sejam divulgados. Essa associação também presta serviços à comunidade, como a gestão da água dos moradores associados (captação, tratamento e distribuição).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo-se dos resultados das experiências em curso na Microbacia do Rio Sagrado, pode-se concluir que a composição do APL.Com na localidade tem como proposta conservar os modos de vida da comunidade tradicional e preservar a biodiversidade local, como já vem acontecendo no fomento do turismo comunitário. O APL.Com aproveita-se da sinergia existente: “enquanto o APL.Com potencializa modos de produção, o turismo comunitário prioriza modos de vida.”, afirmam Sampaio, Alves e Falk (2008, p. 5). Desta forma, as relações que desencadeiam nos processos produtivos, são também encontradas quando se trata das relações existentes nas atividades de turismo comunitário.

Os socioempreendimentos se conectam através de redes, privilegiando aquelas que se estabelecem em ambiente comunitário, qualificando o espaço socioeconômico, bem como das parcerias, valendo-se dos princípios da Economia Solidária. Na prática, diversos membros comunitários e empreendimentos locais realizam esforços coletivos e individuais de desenvolvimento socioeconômico, privilegiando a produção de bens e serviços da própria comunidade. Eles têm uns pelos outros, bem como pelo território, um sentimento de identidade e, por mais diferentes que sejam entre si, possuem um ‘laço’ com o ‘povo’ ou local ao qual pertencem e realizam vivências em seus locais de trabalho e também de moradia, de forma a proporcionar aos visitantes experimentar seus modos de vida tradicionais, conectados à realidade de seu território, ou seja é a própria comunidade, gerando demandas e respostas que ficam vinculadas ao próprio

cotidiano, a partir da perspectiva dos próprios membros comunitários.

Sobretudo, estes socioempreendimentos precisam prescindir de responsabilidade socioambiental e da valorização do conhecimento tradicional-comunitário, para que todas as relações possam se valer destes princípios. Por isso, buscou-se, como estratégia, introduzir os bens e serviços gerados por este arranjo socioprodutivo de base comunitária em redes de comércio justo, através das quais seus modos de vida possam ser conhecidos, respeitados e preservados. Para isso, é necessário esforço conjunto das parcerias estabelecidas, especialmente aquelas que têm intuito de divulgar as atividades, bens e serviços do APL.Com, para que essa inclusão efetivamente aconteça.

6 REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, G. P.; SAMPAIO, C. A. C. (Org.). **Relatório técnico do I encontro de turismo em Imbituba e Garopaba, SC**. Florianópolis: NMD/UFSC; Blumenau: LaGOE/FURB, 2004.
- BOFF, L. **A força da ternura**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006. 110 p.
- BRITO, F. A.; CÂMARA, J. B. D. **Democratização e gestão ambiental: em busca do desenvolvimento sustentável**. Petrópolis: Vozes, 1998. 332 p.
- CATTANI, A. D. A outra economia: os conceitos essenciais. In: _____. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 9-14.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988. 430 p.
- DIAS, A. **Fomento de um arranjo produtivo turístico local ecodesenvolvimentista (APTLE): fórum da agenda 21 local da Lagoa de Ibiraquera**. 2004. 44 p. Monografia (Graduação em Turismo e Lazer) - Fundação Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2004.
- DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2001. 299 p.
- FRANCO, A. de. **Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável?** Brasília: Millenium, 2000. 61 p.
- _____. **A revolução do local: globalização, glocalização, localização**. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento; São Paulo: Cultura, 2004. 368 p.
- IGLIORI, D. C. **Economia dos clusters industriais e desenvolvimento**. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2001.
- MANCE, E. A. Consumo solidário. In: CATTANI, A. D. (Ed.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 44-49.
- MUNDIM, R. S. A. (Org.). **Laboratório de gestão em organizações que promovem o desenvolvimento sustentável (LaGOE): sociologia do turismo**. Blumenau: Universidade Regional de Blumenau, 2005. Relatório.
- PORTER, M. E. **Competição: estratégias competitivas essenciais**. 10. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 515 p.
- SACHS, I. **Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. 200 p.
- SAMPAIO, C. A. C. **Gestão que privilegia uma outra economia: ecossocioeconomia das organizações**. Blumenau: EDIFIRB, 2010.
- _____. **Planejamento para o desenvolvimento sustentável: um estudo de caso e comparativo de municípios**. Florianópolis: Bernúncia, 2002. 140 p.
- SAMPAIO, C. A. C.; ALVES, F. K.; FALK, V. C. V. Arranjo socioprodutivo de base comunitária: interconectando o turismo comunitário com redes de comércio justo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL, 2., 2008, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: UFC, 2008. 1 CD-ROM.
- SAMPAIO, C. A. C.; BERBERI, A. P. C.; DREHER, M. T. Arranjo socioprodutivo local de base comunitária (APL.Com): visualizando sua aplicação prática a partir de eventos comunitários. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 3., 2006, Brasília. **Anais...** Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/GT17.html>. Acesso em: 10 fev. 2012.

SAMPAIO, C. A. C.; MUNDIM, R. S. A.; DIAS, A. Arranjo Produtivo Local (APL) voltado para a promoção do turismo educativo na área da Lagoa de Ibiraquera, Garopaba e Imbituba-SC: pesquisa-ação de um experimento em comunidades localizadas em zona costeira sob o enfoque do Ecodesenvolvimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO DE BASE LOCAL, 8., 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2004. 1 CD-ROM.

SCHMIDT, C. M. **Cultura empreendedora**: contribuição para o arranjo produtivo local de turismo sustentável da Nova Rússia, Blumenau, SC. 2006. 136 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2006.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS. **Termo de referência para atuação do sistema SEBRAE em arranjos produtivos locais**. Brasília, 2003. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/50533C7F21014E5F03256FB7005C40BB/\\$File/NT000A4AF2.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/50533C7F21014E5F03256FB7005C40BB/$File/NT000A4AF2.pdf)>. Acesso em: 30 ago. 2007.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. 128 p.

ZUANAZZI, J. **Clusterização da agroindústria do oeste de Santa Catarina**: uma possibilidade ou uma realidade? 2004. 104 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2004.